

## Ensaio

# Psicologia Analítica: individuação, sensibilidade simbólica, reconhecimento do outro

Marco Heleno Barreto<sup>i</sup>

A despeito da enorme e contrastante variedade de práticas psicoterapêuticas e/ou analíticas que reivindicam a filiação à psicologia analítica de C.G. Jung, pode-se dizer que um critério essencial para definir a legitimidade dessa reivindicação é a referência à noção axial de *individuação*. Esta noção é indiscutivelmente o critério normativo que regula a proposta terapêutica formulada por Jung. Ela fornece o sentido e, portanto, o objetivo fundamental “que orienta a prática clínica” de corte junguiano: favorecer o processo de individuação.

No entanto, a compreensão do que seja o processo de individuação não é ponto pacífico entre os descendentes de Jung, prestando-se a várias reinterpretações que, por vezes, se distanciam consideravelmente da descrição oferecida pelo próprio Jung. Compreendo minha postura clínica como sendo, ao mesmo tempo, decididamente enraizada na noção junguiana de individuação, mas afastando-se criticamente da descrição original do processo de individuação com relação a alguns aspectos, que a meu ver a tornam um pouco “monolítica”. Devido à limitação de espaço estabelecida para as respostas à questão formulada pelos editores da revista *Mosaico*, apresentarei aqui apenas aquilo que considero ser o

fundamento da minha prática clínica junguiana.

A individuação é definida como a realização do *Si mesmo*, e este por sua vez é compreendido como a totalidade psicológica, presente em cada pessoa, sendo ao mesmo tempo o fundamento de sua individualidade e de seu pertencimento à espécie humana. Com a noção de *Si mesmo* pressupõe-se uma disjunção ou diferença estrutural entre o campo da consciência e a própria totalidade psicológica, que abarca consciência e o campo inconsciente de extensão indeterminável. Assim, a individuação é uma tarefa aberta, que se realiza no espaço de toda uma vida. E se o objetivo da prática clínica junguiana é “favorecer o processo de individuação”, podemos dizer que o trabalho orientado por tal objetivo é interminável.

A realização do *Si mesmo* (ou individuação) é uma versão moderna de uma exigência humana já formulada na Grécia antiga por Píndaro, com o imperativo famoso do “torna-te o que és” – hoje em dia tão vulgarizado e deturpado pela literatura de autoajuda. Em seu sentido radical, esse imperativo convoca o indivíduo à busca de sua verdade pessoal e coletiva – e esta é outra forma de exprimir o objetivo de uma prática clínica enraizada na noção de individuação. Por onde se pode perceber que um dos momentos essenciais de tal prática é o

confronto crítico e consciente com as ilusões e/ou fantasias (quer positivas, quer negativas) às quais via de regra nos apegamos com tenacidade, numa identificação que paradoxalmente nos faz sofrer de modo neurótico. Nos termos de Jung, esse ângulo da individuação é descrito como a *diferenciação* com relação aos conteúdos do inconsciente, diferenciação que justamente elimina a *inflação* psicológica, tendo como resultado o reconhecimento realista de que – como dizia o próprio Jung – “sou apenas isto”.

No mesmo movimento desse “confronto com o inconsciente” acontece algo que pode ser considerado como um efeito e um objetivo ulterior da prática clínica junguiana: a aquisição de um senso propriamente psicológico de compreensão. Isto não deve ser entendido como o aprendizado de um jargão psicológico, tão frequente entre as várias denominações e afiliações em psicologia clínica, e que nada mais é do que pura alienação do sujeito em prol de uma linguagem codificada que, como o olhar de Medusa, transforma em pedra todo fenômeno psíquico vivo sobre o qual deite suas redes de interpretação monótonas e mortíferas. O senso psicológico de compreensão significa uma forma de sensibilidade simbólica, capaz de captar os *sentidos* dos acontecimentos internos e externos, e assenta-se sobre o pressuposto de que todo evento humano é mais do que aparenta ser, guardando uma potência indeterminada de significações que só pode ser atualizada mediante uma receptividade simbólica da consciência.

Por fim, é preciso ressaltar que a realização do Si mesmo ou individuação não é algo que se faça no isolamento ou na clausura do sujeito em si mesmo. Por princípio, a individuação supõe o outro humano, a relação concreta com a comunidade a que se pertence. Por isso, a tarefa da individuação nos leva à percepção de que somos constitutivamente destinados ao encontro com o outro. Entenda-se bem: isto não

significa uma adocicada versão do tradicional “e foram felizes para sempre”, em que na verdade se empenha a fantasia de uma união fusional com o outro, uma mistura e confusão inconscientes que tem como consequência a destruição invisível do outro e do eu. Aqueles que são movidos por esse impulso fusional (tão espontâneo e generalizado), “não percebem quanto se pulverizam no enlaçar-se/e como o que era mundo volve a nada” (Drummond, Destruição). Na verdade, o encontro com o outro, condição de humanização e, por isso mesmo, assumido como o fundo último dos objetivos que norteiam a prática clínica, corresponde ao “penoso trabalho de educação ética” referido pelo filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz, em que se realiza o reconhecimento do outro, dos vínculos constitutivos que me unem a ele, à história e à cultura. Este reconhecimento, que é o oposto da dominação e instrumentalização do outro como complemento narcísico do meu desejo, implica necessariamente a experiência da *diferença*, da *solidão*, da *falta irredutível* que marca a condição do sujeito humano. Na verdade, este objetivo e condição maior da prática clínica é frequentemente visto como um preço alto demais a se pagar, e aqui podemos encontrar a fonte fundamental das inúmeras resistências ao processo analítico. No jargão psicanalítico, poderíamos referi-lo à castração simbólica.

Em termos mais coloquiais, poderíamos dizer que o objetivo básico da prática clínica junguiana, pelo menos como procuro exercê-la, é acompanhar a pessoa na busca da forma de viver mais coerente com as suas peculiaridades individuais e sócio-culturais. Evidentemente, o cumprimento deste objetivo deve levar em consideração as inúmeras variáveis que conformam a situação individual, dentre as quais eu destacaria a idade (ou fase da vida) e o nível educacional.

Para concluir, lembro aqui uma afirmação de Jung, que me parece extremamente atual, por mostrar a extemporaneidade de sua proposta terapêutica em face ao hedonismo absoluto que vige em nosso tempo: “O objetivo mais nobre da psicoterapia não é colocar o paciente num estado impossível de felicidade, mas sim que adquira firmeza e paciência filosóficas para suportar o sofrimento. A totalidade, a

plenitude da vida exige um equilíbrio entre sofrimento e alegria. Mas como o sofrimento é positivamente desagradável, é natural que se prefira nem conhecer a medida do medo e inquietação para a qual o homem foi criado. [...] Quantas vezes por trás da neurose se esconde todo o sofrimento, natural e necessário, que não se está disposto a suportar (CW 16, § 185). ■

**Recebido em:** 05/06/2011

**Aceito em:** 05/06/2011

**Sobre o autor:**

<sup>i</sup> **Marco Heleno Barreto** é Psicólogo formado pela UFMG, especialista em psicologia clínica, mestre e doutor em filosofia pela UFMG, professor da FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, autor de *Símbolo e Sabedoria Prática. C.G.Jung e o Mal-estar da Modernidade e de Imaginação Simbólica. Reflexões Introdutórias* (ambos pelas Edições Loyola, 2008). Como psicólogo, trabalha dentro da orientação junguiana, que estuda e pratica desde 1981. **E-mail:** marcohelena@uol.com.br